

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil



**Perfil, evolução e perspectivas
do ensino e da pesquisa em
Arquivologia no Brasil**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil

Salvador
EDUFBA
2015

2015, autores.
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa de 1991, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa, Projeto Gráfico e Editoração
Rodrigo Oyarzábal Schlabit

Revisão
Vera Maria Nazareth Andrade Chaoui

Normalização
Sandra Batista / Maria Raquel Gomes Fernandes

Sistema de Bibliotecas – UFBA

P434 Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil / Maria Teresa Navarro de Britto Matos... [et al.]. (Org.); prefácio de Heloisa Liberalli Bellotto – Salvador : EDUFBA, 2015.
575 p. : il.

Textos apresentados na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no campus Ondina na Universidade Federal da Bahia, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ).

ISBN 978-85-232-1417-3

1. Arquivologia – Estudo e ensino – Brasil. 2. Arquivologia – Currículos – Avaliação. 3. Arquivos – Tecnologia - Tratamento. I. Matos, Maria Teresa Navarro de Britto. II. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). III. Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). IV. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). V. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. VI. Título.

CDD – 020
CDU –025.171

Editora filiada a



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil
Tel/fax: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

9 Prefácio

Heloísa Liberalli Bellotto

11 Apresentação

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá

Aurora Leonor Freixo

Parte 1 – Ensino em Arquivologia

17 Los nuevos paradigmas de la archivística y sus implicaciones en la formación y en la investigación

Maria Manuela Moro Cabero

41 Formação em Arquivologia no Brasil: análise da influência acadêmico-institucional

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

Carlos Alberto Araújo

61 Uma proposta de formação mínima para os cursos de Arquivologia das universidades brasileiras

Flávia Helena Oliveira

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

75 Da Arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil

Welder Antônio Silva

Cíntia Chagas Arreguy

Leandro Negreiros

97 A revisão curricular na Arquivologia da UFSM como resultado da avaliação do ensino

Fernanda Kieling Pedrazzi

Rafael Chaves Ferreira

Sonia Elisabete Constante

113 A competência informacional e o desempenho acadêmico de estudantes de Arquivologia

Ivone Guerreiro Di Chiara

Linete Bartalo

Miguel Luiz Contani

- 133 **Blogs em Arquivologia: ferramentas de ensino-aprendizagem ou componentes do ato pedagógico?**
André Porto Ancona Lopez
Rodrigo Fortes Ávila
- 151 **O perfil dos arquivistas egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES): percurso metodológico da pesquisa**
Solange Machado de Souza
- 167 **O cenário da pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
José Maria Jardim
- 185 **A pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
Solange Machado de Souza
- 207 **Gestão de documentos: capacitação de agentes públicos do Poder Executivo Federal**
Djalma Mandu de Brito

Parte 2 – Comunicação científica e Arquivologia

- 227 **A comunicação científica, o acesso, a construção e o custo do conhecimento**
Sandra Lúcia Rebel Gomes
- 245 **A Reparq e a proposta de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia no cenário arquivístico brasileiro: balanço e perspectivas**
Cyntia Roncaglio
- 259 **O currículo Lattes como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico na Arquivologia**
Leandro Coelho de Aguiar
Renata Regina Gouvêa Barbalho
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Parte 3 – Arquivos, Arquivologia e Administração Pública

- 279 **Desafios e perspectivas de implementação da lei de acesso à informação no âmbito da Administração Pública Federal**
Paola Rodrigues Bittencourt
- 299 **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**
Ana Celeste Indolfo

- 317 Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na administração pública federal brasileira**
Brenda Couto de Brito Rocco
- 335 O patrimônio arquivístico brasileiro em perigo: mapeamento de atos lesivos e levantamento das ações adotadas pelo estado**
Cristiane Basques
Georgete Medleg Rodrigues
- 349 O lugar do arquivo: um levantamento na legislação de Minas Gerais, 1994-2011**
Renato Pinto Venâncio
- 365 Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro**
Anna Carla Almeida Mariz
Thiago de Oliveira Vieira

Parte 4 – Arquivos e Tecnologias

- 387 A aplicação da taxonomia no software de descrição arquivística ICA-AToM**
Daniel Flores
Débora Flores
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues
- 403 Acesso e preservação do patrimônio arquivístico documental: um repositório digital para o Diário de Classe**
Sérgio Renato Lampert
Daniel Flores
- 423 Metadados para preservação e segurança do Diário de Classe eletrônico da UFSM**
Débora Flores
Dulce Elaine Saul da Luz
Raul Ceretta Nunes
- 441 O banco de dados sob um olhar arquivístico através da Ciência da informação – comunicação, informação e conhecimento**
Gilberto Fladimar Rodrigues Viana
Telma Campanha de Carvalho Madio
- 457 A web 2.0 e as instituições arquivísticas nacionais de países de tradição ibérica: uma reflexão sobre a cultura participativa**
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira
Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Parte 5 – Organização e Tratamento de Acervos

- 479 Metodologia para levantamento tipológico em arquivos pessoais de cientistas**
Márcia Cristina Duarte Trancos
Maria Celina Soares de Mello e Silva
- 495 Descrição e acesso ao patrimônio documental da UFSM: o Campus Avançado de Roraima**
Camila Poerschke Rodrigues
Daniel Flores
Sérgio Renato Lampert
- 513 Arquivo como instrumento: da gestão de atividades pessoais a ponto de referência de memórias coletivas – um olhar sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito**
Bruno Ferreira Leite
João Marcus Assis
- 525 Uma relação distante: análise sobre a utilização de métodos bibliométricos / quantitativos pela Arquivologia**
Roberto Lopes dos Santos Júnior
- 541 Os arquivos da Biblioteca Nacional: contribuições para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a construção de uma rede de informações científicas**
Carlos Henrique Juvêncio
Georgete Medleg Rodrigues
- 555 A noção de ramificação dos documentos arquivísticos: o exemplo dos fundos relacionados à Guerrilha do Araguaia**
Shirley Carvalhêdo
- 573 Recomendações e moções**

Prefácio

A demonstração da consolidação de uma área do conhecimento que se pretende conjunção de saber e de profissão, carreando em seu entorno todos os elementos vitais à sua existência e desenvolvimento, dá-se quando essa área é capaz de demonstrar que está habilitada a ter e a manter uma identidade própria, que a torne inconfundível e única.

A Arquivologia no Brasil, como área de saber universitário e de profissão inequívoca, ao aproximar-se de seu cinquentenário de existência como tal, parece ter finalmente chegado a essa consolidação. No decorrer desse tempo tem-se assistido paulatinamente ao desenvolvimento e enraizamento de uma “ciência” que vai produzindo seus frutos como área do saber e como profissão. Pesquisas em andamento, resultados de pesquisas aplicadas a arquivos, aperfeiçoamento metodológico e prático, formação consistente de novos profissionais, educação contínua para os já experientes na área – esse é o panorama atual, não obstante o difícil momento pelo qual passa o país.

Participei desta III Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq) na qualidade de ministrante de *workshop* sobre o preparo didático dos professores de Arquivologia, o que me proporcionou a possibilidade de assistir à maioria das sessões e pude acompanhar a pertinência e a acuidade dos trabalhos apresentados. A soma das informações ali divulgadas e discutidas apresenta um rico panorama para melhor compreender-se esse momento do panorama arquivístico no Brasil. A publicação dos trabalhos ali apresentados é um precioso presente que a Editora da Universidade Federal da Bahia, com o apoio financeiro da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, ora nos proporciona.

Esta coletânea, na verdade, representa um quadro que demonstra o amadurecimento a que chegaram os cursos universitários da área: o entrosamento entre professores, mestrandos e doutorandos na apresentação de suas pesquisas, reflexões e perplexidades. São desafios a enfrentar, com ênfase, como seria de se esperar, nos novos paradigmas para o ensino e a pes-

quisa; na discussão da formação no que concerne às necessidades curriculares em um mundo tão cambiante como o presente; na produção, acesso, uso e guarda dos documentos digitais.

De um lado, nas organizações, o momento é de mudanças reclamadas pela tecnologia, pela competitividade e pelos ambientes no mercado global, tudo isso a exigir profundas mudanças nos sistemas de informação, nos quais se inserem os arquivos; de outro lado, os governos em escala mundial, vêm-se diante das transformações nos sistemas burocráticos e diante da necessidade gritante de transparência administrativa demarcada pela força da cidadania. Tudo isso exigindo mais e mais a modernização e atualização dos sistemas arquivísticos. Exigindo, portanto, inovações, e essas, só serão eficazes se baseadas em pesquisas e estudos que as construam e desenvolvam, resultando em projetos concretos. Assim, cresce a demanda por professores capazes de formar profissionais habilitados para tanto. E o panorama apresentado por esta III Reparq demonstra que estamos no caminho certo.

Os trabalhos ora reunidos nessa coletânea vem justamente contribuir para satisfazer essa demanda de novos paradigmas teóricos e metodológicos que respondam à aquela desafiadora demanda. O conteúdo desses trabalhos pode trazer respostas aos desafios profissionais que diariamente recebem os arquivistas – e cada vez mais.

Em boa hora o Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia propõe-se a publicar os resultados da III Reparq, resultados esses que certamente iluminarão futuros caminhos da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil.

São Paulo, 15 de setembro de 2015

Heloísa Liberalli Bellotto
Universidade de São Paulo. SP

Apresentação

A coletânea *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil* reúne os resultados de pesquisas apresentadas na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), realizada pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia na cidade de Salvador, Bahia, no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no Campus Ondina, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Pesquisas em fase de desenvolvimento e/ou concluídas, empreendidas por docentes, discentes (mestrandos e doutorandos) e pesquisadores da área vinculados a universidades e demais instituições dedicadas à pesquisa. Entende-se que publicar resultados de pesquisa é tão importante quanto a própria pesquisa e corresponde a uma das funções sociais da ciência.

Este livro parte do pressuposto de que a institucionalização da Arquivologia, como campo acadêmico-científico, no Brasil, encontra-se em processo de consolidação, devido às conquistas em âmbito nacional e, também, pela própria afirmação da área, na esfera internacional. Entre os anos de 1977 e 2012, o ensino universitário da Arquivologia, na graduação, vem se expandido e conquistando identidade própria. Totalizam, no momento, 17 cursos de graduação, todos ministrados por universidades públicas federais e estaduais, distribuídos nas 5 regiões geopolíticas do Brasil. Da mesma forma, são vários os indicadores do crescimento da pesquisa em Arquivologia nas universidades, instituições arquivísticas e outras organizações. Contudo registrava-se a ausência de mestrado e doutorado em Arquivologia, o que motivou uma demanda dos profissionais da área junto a programas de pós-graduação em Ciência da Informação, História, Administração, Educação e Engenharia de Produção. O ano de 2012 se apresentou como marco significativo na história da Arquivologia brasileira, quanto à pós-graduação, por meio da criação do primeiro curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Uma ação oportuna e de significado valioso quanto aos futuros caminhos da Arquivologia, sob as perspectivas do Plano Nacional de Educação (2011-2020), do Plano

Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) e do incremento de políticas públicas de fomento a pesquisa e à inovação.

A evolução dessa trajetória possibilita a demarcação da área conquistada pela Arquivologia junto às demais ciências, além de subsidiar a construção de uma consciência coletiva da comunidade arquivística no Brasil, representada por discentes, docentes e pesquisadores. Nesse contexto de grande significado para a Arquivologia, cabe ressaltar que a presente coletânea se constitui de 31 textos produzidos por 50 autores, comprometidos em dar ênfase às questões estratégicas de interesse para a Arquivologia brasileira, no século XXI. Importante registrar, também, que os referidos textos foram todos apresentados, enquanto conferências e comunicações orais de pesquisa, no âmbito da III Reparq.

A Reunião contou com o honroso apoio dos seguintes órgãos de fomento à pesquisa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Embora com um eixo comum, considerando a abrangência dos temas objeto dos textos produzidos, optou-se por agrupá-los em 5 partes: “Ensino em Arquivologia”; “Comunicação Científica em Arquivologia”; “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”; “Arquivos e Tecnologias” e “Organização e Tratamento de Acervos”. Soma-se, ainda, a publicação das Recomendações e Moções aprovadas na Plenária de Encerramento da III REPARQ.

A primeira nos remete ao “Ensino em Arquivologia”. Destaca questões relativas aos novos paradigmas e a formação em Arquivologia: grade curricular; competências e desempenho acadêmico de estudantes; perfil de egressos; pós-graduação *lato e stricto sensu*; capacitação de agentes públicos e, ferramentas de ensino-aprendizagem.

“Comunicação Científica em Arquivologia”, tema da segunda parte, trata da comunicação científica, do acesso, da construção e do custo do conhecimento; da proposta de criação de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, além do currículo *Lattes* como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico.

A terceira, “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”, apresenta os desafios no âmbito da administração pública brasileira em relação às perspectivas da implementação da Lei de Acesso à Informação; as dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos; a gestão de documentos arquivísticos digitais; o mapeamento de atos lesivos ao patrimônio arquivístico e das ações do Estado; o lugar do arquivo na legislação e, os documentos especiais custodiados por instituições arquivísticas públicas.

A quarta, “Arquivos e Tecnologias”, refere-se à aplicação da taxonomia no *software* de descrição arquivística ICA-AtoM; o banco de dados sob um olhar arquivístico; repositórios digitais; e a *web 2.0* e instituições arquivísticas.

“Organização e Tratamento de Acervos”, quinta parte, registra a discussão em torno do levantamento tipológico em arquivos pessoais; da descrição e acesso ao patrimônio documental; da gestão de atividades pessoais; da análise sobre a utilização de métodos bibliotecnômicos / quantitativos; dos arquivos da Biblioteca Nacional; e da noção de ramificação dos documentos arquivísticos.

Nossos agradecimentos à Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) cujo apoio foi decisivo para tornar possível a publicação deste livro, sob a honrosa chancela da FAPESB. Assegurando, portanto, a divulgação e a socialização das pesquisas apresentadas durante a III REPARQ. O conhecimento publicado confere a base essencial com vistas ao fortalecimento de uma cultura científica na área de Arquivologia.

Salvador, Bahia, março de 2015.

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo

Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na Administração Pública Federal brasileira

Brenda Couto de Brito Rocco

A inserção das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) no cotidiano dos cidadãos e das instituições, entre elas a Administração Pública Federal (APF), culminou em mudanças significativas na forma de comunicação dos homens, assim como na forma de registrar as informações. Os registros que eram feitos, principalmente, de forma analógica, em suporte papel, passaram a ser feitos em meio digital, e, podem se apresentar registradas em documentos arquivísticos digitais.

Esta pesquisa surgiu da necessidade de analisar como os órgãos da Administração Pública Federal (APF)¹ estão se preparando, por meio da Gestão de Documentos Arquivísticos (GDA),² para a demanda de acesso aos documentos digitais. O tema mostra-se relevante frente a aprovação da Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação pública previsto na Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Com o direito de acesso regulamentado, cabe ao Estado a obrigação de garantir acesso às informações por ele produzidas e/ou sob sua guarda.

Partiu-se da hipótese de que para a produção e manutenção de documentos arquivísticos digitais, bem como para o acesso a estes documentos, é necessária a implementação de procedimentos de gestão arquivística por parte da APF. A ausência destas condições pode por em risco o direito do acesso à informação, pois compromete as informações registradas nos documentos digitais.

1 O termo Administração Pública será utilizado nesse trabalho como sinônimo de Poder Executivo Federal.

2 Gestão de documentos do inglês *records management*.

Para a melhor compreensão do conceito de documento arquivístico digital, foi feita uma revisão da literatura em textos e artigos que tratam dos seus diferentes enfoques e sua relação e fronteiras com os conceitos de informação, documentos e arquivos. Foram descritas e analisadas as características e especificidades dos documentos arquivísticos digitais com o intuito de identificá-los e levantar as principais questões a serem observadas pela APF para o tratamento desses.

Partiu-se do pressuposto da existência de relação entre o acesso à informação, resguardado por lei, e documento arquivístico digital, uma vez que este registra as informações produzidas pelo Estado.

Os documentos arquivísticos digitais, objeto dessa pesquisa, são aqueles produzidos pela Administração Pública Federal, compreendendo esta como sinônimo do Poder Executivo Federal. Foi necessário então, averiguar os padrões/resoluções existentes no Brasil voltados à gestão de documentação arquivística digital.

Ainda com o objetivo de desvendar o universo de tais documentos no âmbito da APF, foi verificada a existência, ou não, de iniciativas voltadas aos documentos arquivísticos digitais no âmbito do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal.

Breve análise dos conceitos: informação e documento

Desde seus primórdios, o homem tem a necessidade de comunicar o que acontece de diversas maneiras, seja através da comunicação oral, seja por meio de sinais, signos, desenhos em pedra ou paredes, papéis, sons, registros fotográficos e, recentemente, por meio de aparatos digitais, via computadores pessoais e celulares. Para Rondinelli, (2011, p. 26) “em geral, tais registros são entendidos como documentos, ou, mais recentemente, como informação”.

As informações podem estar registradas em diversos tipos de documentos, sejam eles biblioteconômicos, museológicos ou arquivísticos. O objeto desta pesquisa é justamente a informação registrada nos documentos arquivísticos, não sendo tratados aqui os outros tipos de documentos.

Documentos são produzidos em diferentes situações e por diferentes pessoas; dado esse fato, surge a necessidade de identificação desses documentos, para que possam ser tratados de maneira correta, viabilizando o acesso sempre que necessário. Mostrou-se necessário o esclarecimento prévio dos conceitos³ de informação e documento.

3 Não será tratado, neste estudo, o conceito de informação arquivística, pois a presente pesquisa concorda com a visão de autores de reconhecimento internacional na Arquivologia, como Heredia Herrera (1983) e Duranti (1994), ao considerar o saber arquivístico essencialmente estruturado em torno dos documentos.

Visando a caracterizar os conceitos citados, optou-se por restringir a revisão de literatura a textos das áreas de Ciência da Informação (CI) e Arquivologia, por se tratarem das áreas abarcadas pela presente pesquisa. Não se pretende esgotar, aqui, as várias acepções dos conceitos “informação” e “documento”, mas tão-somente apresentar como serão utilizados neste estudo.

Para estudar um determinado conceito, há que se compreender que esse é tão dinâmico quanto tudo o que o rodeia: o contexto, a área em que ele é estudado, o período, o pesquisador, e vários outros agentes intrínsecos ou extrínsecos que interferem na definição do conceito. Para Tálamo, conceito é:

[...] um conjunto de propriedades – traços ou características – que não só representam os estados de mundo, discriminando-os, mas também permitem elaborar redes conceituais segundo o traço considerado. É justamente esta possibilidade de estabelecimento de inúmeras relações entre os traços que leva um mesmo conceito a integrar diferentes contextos, expressando variações de significado. (TÁLAMO, 2004, p. 6)

Na presente pesquisa foi realizada a análise dos conceitos de informação e documento a partir dos autores: Lancaster (1989), Capurro e Hjørland (2007), Belkin e Robertson (1976), ZEMAN, (1970), Oliveira (2006), Camargo (1994), Le Goff (1984), Duranti (1996), Heredia Herrera (1991).

Os conceitos de Informação e documento são objetos de estudo em muitas pesquisas e em diversas áreas. Após o levantamento e análise desses conceitos em diversos aspectos, concluiu-se que: As concepções de informação analisada estão relacionadas aos documentos que servem como meio para registrá-la. Nesse sentido, “informação” apresenta-se em um conceito mais amplo que o de “documento”.

As diversas concepções de documentos analisadas na presente pesquisa levam à conclusão de que o documento é toda informação registrada em um suporte, independentemente de qual seja, devendo possuir forma fixa e conteúdo estável. Ele é utilizado, principalmente, para registrar e comunicar informações, com o intuito de ensino/aprendizagem e/ou de servir de testemunho de atos e fatos.

Arquivos

Durante a revisão deparou-se com um problema terminológico que mereceu atenção para o desenvolvimento da pesquisa: o conceito de Arquivo. Heredia Herrera (1991) já apontava a dificuldade em torno desse conceito devido aos diversos entendimentos do termo.

Arquivo, segundo definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) apresenta quatro acepções, a saber:

1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo. 2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. 3 Instalações onde funcionam arquivos. 4 Móvel destinado à guarda de documentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27)

Nesta investigação optou-se por utilizar a primeira concepção. A partir do entendimento de que arquivo é o conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma pessoa física ou jurídica no decorrer de suas atividades, com fins de registrar ou apoiar uma ação, respeitando as características de autenticidade e confiabilidade.

Destaca-se, como principal definição de arquivo, aquela relacionada ao pensamento dos fundadores da teoria arquivística, apresentada no “Manual de Arquivologia” (França),⁴ segundo o qual arquivo é “o conjunto de documentos, de qualquer natureza, que qualquer corpo administrativo, qualquer pessoa física ou jurídica tenha automática e organicamente reunido, em razão mesmo de suas funções e atividades” (1970, p. 23 apud FONSECA, 1998, p. 33)

Nessa definição, alguns aspectos fundamentais do arquivo são apresentados: sua formação por documentos independente da natureza, de origem pública ou privada; o caráter orgânico de seu acervo; e sua constituição por documentos que apoiam e/ou registram as atividades de seu produtor.

O conceito de arquivo que esteve presente na literatura arquivística brasileira por muitas décadas, de acordo com Paes (1991, p. 4), foi definido por Sólon Buck,⁵ que apresenta o arquivo como: “[...] o conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, organização ou firma, no decorrer de suas atividades, arquivados e conservados por si e seus sucessores para efeitos”. Uma das definições mais tradicionais é a defendida por Schellenberg, que se tornou um clássico no meio da Arquivística. Ele definiu arquivo como sendo:

Documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referên-

4 Manual de Arquivologia publicado pela Direção dos Arquivos de França, em conjunto com a Associação dos Arquivistas Franceses.

5 Sólon Justus Buck (1884-1962), ex-arquivista dos Estados Unidos da América, ocupou cargo equivalente ao de Diretor-Geral do Arquivo Nacional do Brasil.

cia e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito num arquivo de custódia permanente. (SCHELLENBERG, 2002, p. 41)

A partir das definições expostas por diversos autores em épocas distintas, observa-se que elas se complementam e refletem muitas características específicas dos arquivos, destacando-se: o caráter orgânico e a acumulação natural dos documentos, em decorrência das atividades do produtor e a existência de um suporte, independentemente de qual seja.

Para fins deste trabalho, o conceito de arquivo utilizado está de acordo com a definição apresentada na Lei de Arquivos, Lei n.º 8159, de 08 de janeiro de 1991. Tal lei dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos, quer seja para arquivos públicos ou para arquivos privados:

Art.2º – Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência de atividades específicas bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991)

Escolheu-se essa definição por ser a representação legal adotada pelos órgãos da Administração Pública Federal, que é o universo desta pesquisa.

O documento arquivístico digital

As TICS trouxeram inovações quanto a forma de registrar informações em documentos decorrentes do uso dos recursos computacionais no dia-a-dia do indivíduo e de organizações públicas e privadas. Dollar (1994) denominou essas inovações de “imperativos tecnológicos”, que, segundo o autor, teriam grande impacto nos procedimentos e práticas arquivísticas. Uma das principais mudanças observadas foi o surgimento dos documentos arquivísticos digitais (*digital records*).

O documento arquivístico digital é uma especificidade do documento arquivístico (*record*), visto que é produzido, tramitado e armazenado em ambiente computacional.

Segundo o Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), entende-se como **documento arquivístico**: “[...] os documentos produzidos (elaborados ou recebidos), no curso de uma atividade, como instrumento ou resultado da tal atividade, e retido para ação ou referência”. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2010, p. 12)

O documento arquivístico, também chamado “documento de arquivo”, diferencia-se pela função para a qual foi criado.

[...] a forma/função pela qual o documento é criado é que determina seu uso e seu destino de armazenamento futuro. É a razão de sua origem e de seu emprego, e não o suporte sobre o qual está constituído que vai determinar sua condição de documento de arquivo, de biblioteca, de centro de documentação ou de museu. (BELLOTO, 2004, p. 36)

Martín-Pozuelo Campillo explora a relação do documento arquivístico com as funções e atividades desenvolvidas por seus produtos, ao afirmar que:

[...] documento de arquivo é o documento que resulta de um processo administrativo ou jurídico, assim como todos aqueles que tornam possível tal processo, recebidos a um arquivo onde, paulatinamente, seus valores originais vão sendo prescritos e substituídos por outros de prova e informação. (1996, p. 98)

O pilar do documento arquivístico é a informação nele registrada e a forma como ela é produzida, portanto independe de seu suporte, sua forma e quem o produziu. Tais documentos contêm: “[...] uma informação, qualquer que seja sua data, sua forma e seu suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa física ou moral, e por todo serviço ou organismo público ou privado, no exercício de sua atividade. (CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES, 1984, apud ROUSSEAU; COUTURE, 1994, p. 123)

Diante das definições de documento arquivístico, algumas características e especificidades podem ser identificadas: natureza do documento, suporte, motivo de sua produção, pessoas envolvidas em sua produção, organicidade, etc.

Entender que os documentos possuem elementos formais passíveis de serem analisados, avaliados e compreendidos, e que tais elementos estão presentes em documentos produzidos a qualquer tempo, em qualquer local e por qualquer pessoa, sugere que o documento arquivístico pode, e deve, ser identificado por tais constituintes formais e não pela informação que transmitem. Duranti e MacNeil (1996, p. 49) buscam na Diplomática o entendimento de que os documentos arquivísticos apresentam elementos formais e universais, que possibilitam a análise, a produção e o tratamento de tais documentos:

No coração da Diplomática, reside a ideia de que todo documento arquivístico pode ser analisado, compreendido, e avaliado em termos de um sistema de

elementos formais que são universais na sua aplicação e descontextualizada por natureza.⁶ (1996, p. 49, tradução nossa)

As autoras identificam sete elementos básicos constituintes do documento arquivístico: Ação (ato que origina o documento); Conteúdo (informação que se quer transmitir); Contextos que envolvem o documento; Relação orgânica (vínculo que o documento possui com outros que se relacionam com a mesma ação); Pessoas (entidades que atuam/agem por meio do documento); Suporte (fiscalidade do documento); Forma (regras de representação do documento).

Os documentos arquivísticos digitais são documentos arquivísticos que possuem a especificidade de serem produzidos em dígitos binários, tramitados e armazenados em meio digital. A CTDE (2010, p. 13) define **documento digital** como “Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional”, e define documento arquivístico digital como o “[...] documento **digital** reconhecido e tratado como um documento arquivístico”. (CTDE, 2012, p. 12, grifo nosso)

Na literatura arquivística, é corrente o uso do termo “documento eletrônico” como sinônimo de “documento digital”. Tecnicamente, há uma distinção entre eles: o documento digital é codificado em dígitos binários, enquanto o documento eletrônico⁷ pode ser codificado de forma analógica ou em dígitos binários. Assim, o documento digital é um documento eletrônico, mas o documento eletrônico não será necessariamente digital. Para fins deste estudo, será utilizado o termo “documento digital”.

Por se tratar de um documento arquivístico, os que são produzidos em meio digital também possuem as características apresentadas acima que devem ser preservadas pelo tempo que se fizer necessário. Essas características estão diretamente relacionadas com a autenticidade e confiabilidade de tais documentos.

Problemática do documento arquivístico digital

Um aspecto relevante a ser destacado sobre o documento arquivístico digital é a dificuldade em identificá-lo, enquanto documento em meio às informações circulantes no ambiente digital.

6 Original em inglês: *lies the idea that all records can be analyzed, understood, and evaluated in terms of a system of formal elements that are universal in their application and descontextualized in nature.* (DURANTI; MACNEIL, 1996, p. 49)

7 “Um documento eletrônico é um conjunto de dados organizados em uma estrutura estável, associados a regras de formatação para permitir que ele seja lido tanto pelo seu produtor quanto por outros leitores”. (PÉDAUQUE, 2003, p. 9, tradução nossa)

Pode-se, por exemplo, reconhecer um relatório técnico gerado por um processador de texto como um documento arquivístico, dada a facilidade em se fazer uma analogia com os documentos em papel. Entretanto, para além desses documentos, a identificação torna-se mais complexa, como no caso das bases de dados ou *websites*, por exemplo.

A identificação do documento arquivístico digital não deve estar condicionada ao seu suporte ou ao seu formato, mas sim, à identificação de suas características, já apontadas acima. Algumas dessas características podem apresentar especificidades no âmbito do digital, como: forma documental fixa, conteúdo estável e suporte.

Para Duranti e Preston, (2008, p. 811) “forma documental” são “regras de representação de acordo com as quais o conteúdo de um documento arquivístico, seu contexto administrativo e documental, e sua autoridade são comunicados”. Tais representações devem se manter fixas no documento arquivístico digital, ou seja, uma vez criado o documento, a forma documental que possui deve ser a que se manterá ao longo do tempo. Ainda, o conteúdo do documento arquivístico digital deve ser estável, característica também complicada no âmbito digital, devido à facilidade com que a informação pode ser alterada. Logo, tanto o risco da manutenção da forma fixa quanto a do conteúdo estável configuram-se como um problema dos documentos arquivísticos digitais.

Se a informação contida no sistema é fluída e sofre, ainda, constantes transformações, não pode ser considerada um documento arquivístico. Esse só passa a existir quando tais forma e conteúdo são estabilizados, fixados.

Pensar sobre as características no ambiente digital, que é extremamente dinâmico e sofre alterações de acordo com o *software* e o *hardware* que o envolvem, leva ao conceito de “variabilidade imitada”:

Qualidade de um documento arquivístico que assegura que suas apresentações documentais são limitadas e controladas por regras fixas e um armazenamento estável do conteúdo, da forma e da composição, de modo que as mesmas interação, pesquisa, busca ou atividade por parte do usuário sempre produzam o mesmo resultado. (INTERPARES 2 PROJECT, 2007)

A implementação desse conceito faz-se primordial no meio digital, já que o documento arquivístico, ao ser produzido, possui sua forma documental estabelecida por regras. No entanto, em meio digital, tais regras podem sofrer interferências em decorrência do aparato tecnológico utilizado, comprometendo assim sua característica de forma fixa.

A variabilidade limitada é justamente uma variação dessa forma prevista e autorizada pelo produtor, sem colocar em risco a confiabilidade e autenticidade do documento, até

mesmo em decorrência da possibilidade de visualização do documento que o *software* proporciona.

Afirmar que um documento apresenta forma fixa é dizer que o documento arquivístico manterá a forma documental que ele possuía quando foi produzido e salvo pela primeira vez, em qualquer momento que ele for exibido. De acordo com o InterPARES 2 Project (2007) “as cadeias de *bits* que compõem o documento digital e determinam sua apresentação digital (isto é, seu formato de arquivo) podem mudar, mas sua apresentação documental não pode”. Isso significa dizer, por exemplo, que uma imagem produzida em JPEG e posteriormente salva em PDF terá sua cadeia de *bits* alterada, visto que passou de um formato para o outro, entretanto sua forma documental continuará intacta, logo sua forma documental será fixa.

Outro caso de variabilidade limitada está relacionado à apresentação de informações contidas nos documentos, que podem se apresentar de maneiras diferentes, porém controladas, assumindo assim diferentes formas documentais. Isso ocorre frequentemente com dados estatísticos ou geográficos representados em diferentes gráficos.

Diante do exposto acima, torna-se importante evidenciar que o que caracteriza um documento como arquivístico não é seu suporte ou forma de registro, e sim suas características, sua forma e a finalidade para a qual foi produzido.

Entende-se, então, que a informação registrada em qualquer suporte, qualquer forma e sob qualquer tecnologia, desde que produzida no exercício das atividades e funções de uma pessoa física ou jurídica, é um documento arquivístico, mesmo que esteja em meio digital. Este documento arquivístico digital requer tratamento, assim como os demais documentos arquivísticos. A gestão de documentos destaca-se como o principal meio de tratá-los, possibilitando, principalmente, a identificação dos documentos digitais como arquivísticos.

O sistema de gestão de documentos arquivísticos no Brasil

A gestão de documentos arquivísticos no Brasil é responsabilidade do poder público, devendo cada instituição arquivística, em sua esfera de competência promover tal gestão. Essa competência está sancionada na Lei de arquivos, Lei n.º 8.159 de 08 de janeiro de 1991. A mesma lei aponta a instituição arquivística responsável pela gestão de documentos na APF:

Art. 18 – Compete ao Arquivo Nacional a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos. (BRASIL, 1991)

A partir da lei de arquivos, o Arquivo Nacional (AN) tornou-se o pilar da gestão de documentos no âmbito da APF, atualmente configurada no formato de um sistema.

No Brasil, o responsável pela preservação do acervo documental da APF é o AN, criado em 02 de janeiro 1838, conforme previsto na Constituição de 1824, com o nome de Arquivo Público do Império. Desde a sua criação desenvolveu diversas atividades como: tratamento de documentos arquivísticos, custódia de toda documentação permanente do poder Executivo Federal, bem como implementação a gestão de documentos em sua esfera de competência. O Arquivo Nacional:

Tem por finalidade implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural. (ARQUIVO NACIONAL, [20--])⁸

A Lei de Arquivos em seu art. 18 apresenta o Arquivo Nacional como o responsável, no âmbito da APF,

pela promoção da gestão e do recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelos órgãos e entidades desta, além das unidades de documentos históricos do Ministério das Relações Exteriores e dos Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica, subordinados ao recém-criado Ministério da Defesa. (BRASIL, 1991)

A forma de organização dos órgãos públicos e das instituições arquivísticas brasileiras no que tange a gestão de documentos arquivísticos, independe de seu formato ou organização. É imprescindível que esta atividade seja implementada conforme o enfatizado na Lei de Arquivos. No âmbito da APF, tal atividade fora desenvolvida durante muito tempo de diversas formas, tendo sempre o Arquivo Nacional como eixo principal.

Atualmente, o AN é o órgão central de um sistema, criado para o desenvolvimento da gestão de documentos dos órgãos e entidades integrantes da APF. Esse sistema, instituído por meio do Decreto n.º 4.915, de 12 de dezembro de 2003, foi denominado de Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal. Esse sistema permite organizar as atividades de GDA dos órgãos e entidades da APF e promove uma importante etapa de

8 Extraído do site: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

articulação dos arquivos federais nos moldes legais e tecnicamente adequados com o propósito de resguardar o desenvolvimento e a implantação integrada da GDA na APF do Brasil.

A fim de traçar o panorama das articulações entre os documentos arquivísticos digitais e a gestão de documentos arquivísticos na APF brasileira, foi desenvolvido um estudo empírico elaborado em duas etapas.

Primeira etapa

A primeira etapa constitui-se do levantamento e análise da legislação arquivística brasileira relacionada à gestão de documentos arquivísticos digitais.

Esta etapa apresentou como resultado, no período da pesquisa ocorrida até novembro de 2012, que somente quatro resoluções do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq (n.º 20, 24, 25, e 32) trazem de forma explícita o conceito de documento arquivístico digital em seus textos. Ressalta-se que em 19 de dezembro de 2012 o Conarq aprovou a resolução n.º 36 que dispõe sobre a adoção das Diretrizes para a Gestão arquivística do Correio Eletrônico Corporativo pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.

Essa ausência, porém, é compreendida ao retomar-se o entendimento de que a gestão de documentos é única, tanto para documentos digitais quanto para os documentos não digitais, logo seus procedimentos também serão únicos para ambos os documentos.

Os métodos, regras e instrumentos utilizados para a implementação da GDA serão os mesmos para documentos digitais e não digitais. Estes últimos apresentam especificidades que devem ser previstas. Um exemplo é a necessidade que o documento digital tem de um sistema informatizado para fazer a sua gestão. Aponta-se, porém, que, tais documentos apresentam especificidades que devem ser atendidas no âmbito da gestão de documentos, entre elas o desenvolvimento de um sistema informatizado para fazer tal gestão, que incorpore todos os procedimentos e regras inerentes a esta.

Segunda etapa

Para avaliar as condições práticas de tratamento dos documentos arquivísticos digitais foi realizada uma pesquisa junto aos coordenadores/presidentes das Subcomissões de Coordenação do SIGA.

Como resultado consolidado da análise das entrevistas observou-se que os integrantes da subcomissão do SIGA trabalham diretamente com a gestão de documentos arquivísticos, porém nem todos com documentos arquivísticos digitais.

Todos os entrevistados informaram conhecer a legislação arquivística brasileira porém, nem todos conhecem alguma norma ou padrão emanado do SIGA que trate da gestão de documentos arquivísticos digitais. Informaram que conhecem as normas produzidas pelo Conarq e divulgadas no âmbito do SIGA.

Poucos órgãos desenvolveram alguma normativa sobre gestão de documentos arquivísticos digitais.

Mais de 70% dos entrevistados informou que existe troca de informações/experiência sobre o tratamento dos documentos arquivísticos digitais entre os integrantes do SIGA, e que esta troca se dá por meio de congressos, palestras, eventos na área e nas reuniões das subcomissões, além das informações disponíveis no site do SIGA.

Diante das respostas apresentadas, constatou-se que no âmbito do SIGA os órgãos das setoriais e seccionais, representados por seus presidentes, consideram as iniciativas relacionadas aos documentos arquivísticos digitais insuficientes, o que pode colocar em risco o reconhecimento e tratamento de tais documentos. A insipiência de legislação, normas e padrões sobre tais documentos impacta, negativamente, no desempenho das atividades de gestão desses documentos e dificulta o diálogo com os gestores dos órgãos em relação à importância que deve ser dada ao tratamento arquivístico dos documentos digitais produzidos por eles.

Conclusão

A forma de registro das informações sofreu mudanças significativas em decorrência dos desenvolvimentos tecnológicos ocorridos na sociedade principalmente, a partir da segunda metade do século XX.

Momento no qual surgiu o documento arquivístico digital, que passou a compor considerável parte dos acervos documentais na atualidade. Essa nova realidade apresenta inúmeros desafios a serem enfrentados pelas instituições, em decorrência do novo cenário e mudanças paradigmas inerentes ao documento produzido no meio digital: a fragilidade e suscetibilidade a intervenções, adulterações ou mesmo perdas indesejáveis.

A rapidez das mudanças tecnológicas promove rápida obsolescência de *hardware* e *software*, bem como a obsolescência de formato e suporte do documento digital, influenciando a preservação deles. Ainda como agentes agravantes para o documento digital podem ser destacados: a fragilidade do suporte, a necessidade de aparato tecnológico para acesso ao conteúdo, tornando-o dependente desse aparato, e, especialmente, a necessidade de um grande monitoramento do documento digital a fim de preservá-lo pelo tempo que se fizer necessário.

O documento arquivístico digital registra muitas informações produzidas no ambiente da Administração Pública Federal brasileira e, portanto, deve estar disponível para acesso a todo cidadão que e quando dela necessitar.

Destaca-se o aspecto fundamental relacionado aos documentos digitais: sua identificação dentre os demais documentos existentes no ambiente digital.

O estudo concluiu que para auxiliar tal identificação deve-se recorrer a análise das características do documento, para tanto, alguns autores, como Luciana Duranti, propuseram a utilização da análise diplomática. Tal recurso mostrou-se eficiente para tal identificação.

A pesquisa revelou, ainda, que a gestão de documentos arquivísticos deve tratar também dos documentos produzidos em meio digital, identificados como arquivísticos.

Tal tratamento é essencial para manutenção, preservação e acesso aos mesmos.

As iniciativas de gestão de documentos rumo aos documentos digitais ocorreram de forma tardia por parte dos serviços de arquivos e das instituições arquivísticas.

O Panorama traçado sobre documentos arquivísticos digitais no âmbito do SIGA apresentou o desenvolvimento de iniciativas para o tratamento desses documentos, porém ainda insuficientes.

O Legado documental digital da APF necessita, ainda, de maiores pesquisas e estudos, a fim de subsidiar intervenções e procedimentos para seu tratamento.

Sem os devidos estudos, procedimentos, e mudanças na prática da gestão de documentos arquivísticos, os órgãos que integram o SIGA poderão ter dificuldades frente a essa nova realidade que toma conta de suas atividades.

A coleta de dados feita na pesquisa apresentou dados que poderão sofrer novas análises e atualizações, visto o dinamismo do SIGA, daí mais uma vez salienta novos estudos e pesquisas.

Conclui-se que os documentos arquivísticos digitais na APF brasileira é uma realidade, a qual não se poder fugir ou omitir. As dinâmicas e desafios trazidos por esses documentos devem ser encarados de frente, tratados com a seriedade e dedicação que o tema requer.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, n. 51).

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

- BELLOTTO, H. L. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE INFORMAÇÃO: DOCUMENTO GÊNESE E CONTEXTOS DE USO, 1., 2010, Niterói. *Anais...* Niterói: UFF, 2010.
- BELLOTTO, H. L. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- BRASIL. Arquivo Nacional. *Institucional*. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1>>. Acesso em: 9 mar. 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2010.
- BRIET, S. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Édit, 1951.
- CAMARGO, A. M. de A. Arquivo, documento e informação. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 15-23, p. 34-40, jan./dez. 1994.
- CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTO, H. L. (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado e Cultura, 1996.
- CAPURRO, R. *Pasado, presente y futuro de la noción de información*. 2008. Trabalho apresentado ao 1º Encuentro Internacional de Expertos em Teorias de la Información: un enfoque interdisciplinar. León, 2008. Disponível em: <http://www.capurro.de/leon.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. *Glossário*. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/glossario/2010glossario_v5.1.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2013.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução n. 25, de 27 de abril de 2007. Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, Poder Executivo, DF, 27 abr. 2007. Disponível em <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2010.
- COOK, M. Automatização de arquivos. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Lisboa, n. 2, p. 37-46, jan./dez. 1986.
- CTDE. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Conselho Nacional de Arquivos. *Glossário*. Rio de Janeiro, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/2008ctdeglossariov5.pdf>>. Acesso em: jan. 2012.
- DITADI, C. A. (Org.). *Legislação Arquivística Brasileira*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Arquivos, maio 2012. (Coletânea). Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=48>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

- DOLLAR, C. M. O impacto das tecnologias da informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 3-38, jan./dez. 1994.
- DUCHEIN, M. Archives, archivistes, archivistique: définitions et problématique. In: DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. *La pratique archivistique française*. Paris: Archives Nationales, 1993.
- DUCHEIN, M. The History of European Archives and the Development of the Archival Profession in Europe. *The American Archivist*, Chicago, v. 55, 1992.
- DURANTI, L. (Coord.). INTERPARES project: International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems. *INTERPARES project*, Vancouver, [20--]. Disponível em: <<http://www.interpares.org>>. Acesso em: 22 mar. 2000.
- DURANTI, L. (Ed.). *The InterPARES Project: The long-term preservation of the authentic electronic records: findings of the InterPARES Project*. Italia: Archilab, 2005.
- DURANTI, L. *Diplomatica: usos nuevos para una Antigua Ciencia*. Tradução de Manuel Vásquez Córdoba. Carmona: S&C, 1985.
- DURANTI, L. The Concept of Electronic Record. In: DURANTI, L. EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. *Preservation of the integrity of electronic records*. Dordrecht: Kluwer Academic, 2002. p. 9-22.
- DURANTI, L.; EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. *Preservation of the integrity of electronic records*. Dordrecht: Kluwer Academic, 2002.
- DURANTI, L.; MACNEIL, H. The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS research project. *Archivaria*, Ottawa, n. 42, p. 46-67, 1996.
- FONSECA, M. O. K. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de. (Org.). *Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 13-36.
- HEREDIA HERRERA, A. *Archivística General Teoría y Práctica*. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.
- INTERPARES 2 PROJECT. *Diretrizes do produtor: a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos*. TEAM Brasil 2002 – 2007. Tradução do Arquivo Nacional e Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 2007.
- ISO. International Organization for Standardisation. *ISO 15489-1: Information and documentation – Records management – Part 1: General*. Geneva: ISO, 2001.
- JARDIM, J. M. A Arquivologia, os arquivistas e a sociedade da informação no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 13., 2000, Salvador. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2000. Disponível em: <<http://www.voy.com/19210/4/62.html>>. Acesso em: 9 set. 2010.
- JARDIM, J. M. Do pré-arquivo à gestão de documentos. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 33-36, jul./dez. 1988.

- JARDIM, J. M. O conceito e a prática de gestão de documentos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, jul./dez. 1987.
- LE GOFF, J. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v. 1. (Memória-História).
- MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, M. P. *La construcción teórica em archivística: el principio de procedência*. Madri: Universidad Carlos III de Madrid, 1996.
- OLIVEIRA, L. M. V. de. *O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos*. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia, International Association of Classification Societies LTD, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- OTLET, P. *Documentos e Documentação*. Paris, 1937. Disponível em: <www.conexaorio/bit/otlet/index.htm>. Acesso em: 14 mar. 2012.
- PAES, M. L. *Arquivo: teoria e prática*, 28. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- RHOADS, J. B. *The role of archives and records management in national information systems: a RAMP study*. Paris: Unesco, 1989.
- ROCHA, C. L.; SILVA, M. da. Padrões para garantir a preservação e o acesso aos documentos digitais. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p. 113-124, jan./dez. 2007.
- RODRIGUES, A. C. Manual de tipologia documental: um instrumento de gestão para arquivos municipais brasileiros. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1., 2005, Brasília. *Anais...* Brasília: UFP, 2005.
- RODRIGUES, A. C. *Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo: um manual para o município de Campo Belo (MG)*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.
- RONDINELLI, R. C. A gestão dos documentos eletrônicos: o desafio do século XX. *Boletim da Associação dos Arquivistas Brasileiros*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, maio/ago. 1998.
- RONDINELLI, R. C. *Gestão arquivística de documentos eletrônicos*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- RONDINELLI, R. C. *O conceito de documento arquivístico frente a realidade digital: uma revisão necessária*. 2011. 268 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista de estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996.
- SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. (Org.). *Arquivística: temas contemporâneos*. Distrito Federal: SENAC, 2007.
- SANTOS, V. B. dos. *A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos*. 2011. 254 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- SANTOS, V. B. dos. *Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística*. Brasília: ABARQ, 2002.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SCHELLENBERG, T. R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

TÁLAMO, M. de F. G. M. A pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. *DataGamaZero: revista da ciência da informação*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2004.

TÁLAMO, M. de F. G. M. Informação: organização e comunicação. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE INFORMAÇÃO, 1., 1996, Niterói. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1996, p. 11-14.

VAZQUEZ, M. *Cómo seleccionar documentos de archivo*. Buenos Aires: Alfagrama Ediciones, 2006.

ZEMAN, J. Significado filosófico da noção de informação. In: ZEMAN, J. *O conceito de informação na ciência contemporânea*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.



fapesb 

Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia